



CARTILHA PARA O USO ÉTICO DA IA NA PRÁTICA JURÍDICA

Orientações para os profissionais do
Direito sobre o uso responsável da IA na
advocacia e no sistema judiciário

COMISSÃO DE
INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL

OABRJ

Corpo Editorial

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro

- **Ana Tereza Basilio** - Presidente
- **Sylvia Drumond** - Vice-presidente
- **Rafael Borges** - Secretário-geral
- **Sérgio Antunes** - Secretário-adjunto
- **Fábio Nogueira** - Tesoureiro

Comissão de Inteligência Artificial

- **Graziela Bonfim** - Presidente
- **Tayná Carneiro** - Vice-Presidente

Grupo de Trabalho sobre Engenharia de Prompt, IA Generativa e Legal Design

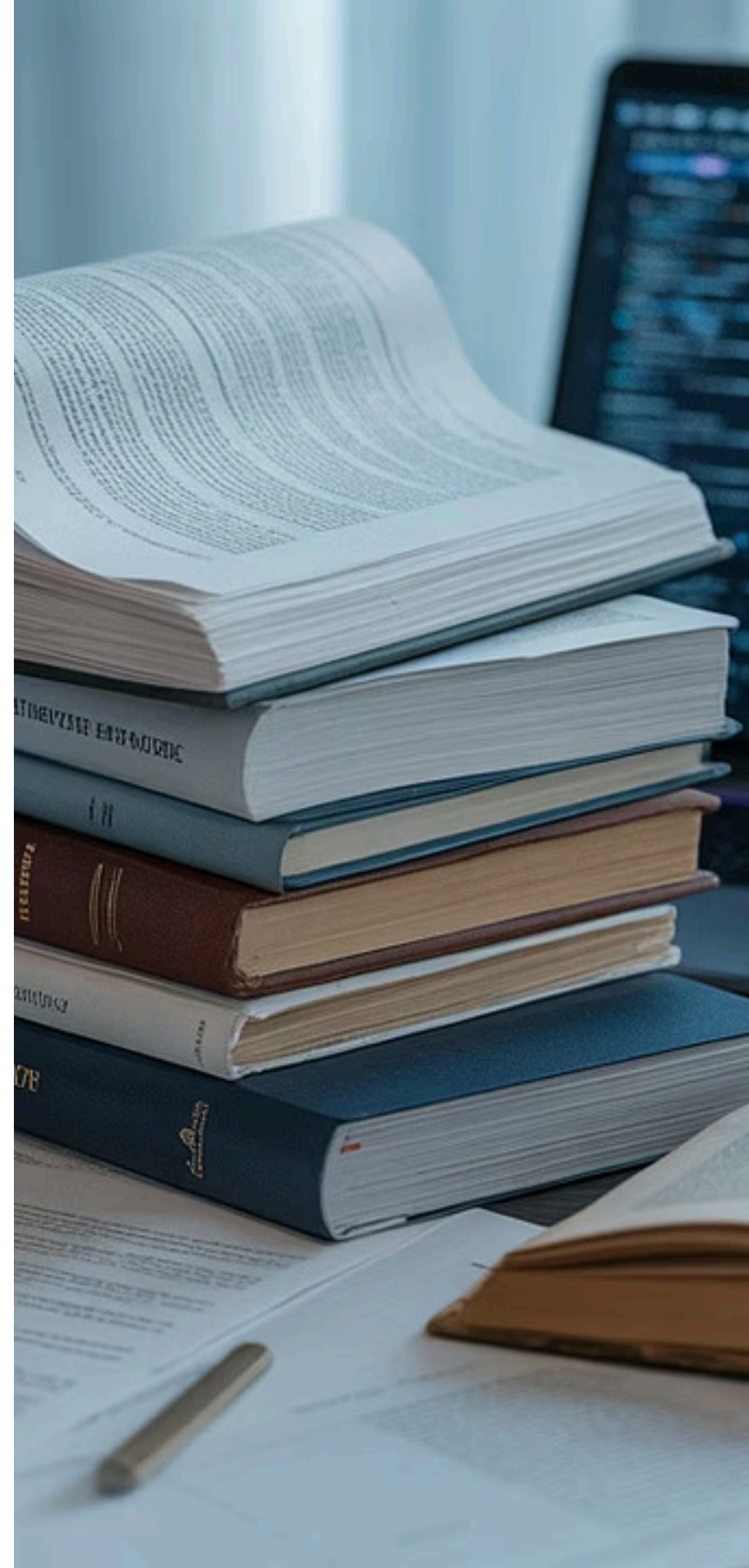
- **Marcos Costa** - Coordenador
- **Raquel Simas** - Relatora

Membros colaboradores:

Ana Queiroz, André Martins, Carla Mérola, Moisés Pietro, Sharon Castro

Instagram: [@ia_oab_rj](#) | [@gctcioabrj](#)

<https://gctcioabrj.lovable.app>



SUMÁRIO - PARTE 1

PREFÁCIO

- A Revolução da IA no Direito
- Desafios Éticos e Regulatórios
- Fundamentos da Cartilha
- Tecnologia a Serviço da Justiça
- Objetivo e Missão

I. INTRODUÇÃO

- Riscos Éticos e Jurídicos
- Marco Regulatório Brasileiro
- Casos Documentados
- Objetivos desta Cartilha

II. FUNDAMENTOS ÉTICOS DA IA NA ADVOCACIA

- 2.1. Princípios éticos tradicionais e novas tecnologias
- 2.2. Valores da Ética Aplicada à Tecnologia
- 2.3. Desafios Específicos da IA Generativa
- 2.4. Supervisão Humana como Requisito Ético Mínimo

III. MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO

- 3.1. Recomendações da OAB sobre o uso de IA
- 3.2. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
- 3.3. PL 2.338/2023 e Responsabilidade por Sistemas de IA
- 3.4. Código de Ética da OAB e Estatuto da Advocacia

AI



SUMÁRIO - PARTE 2

IV. DIRETRIZES PRÁTICAS PARA O USO ÉTICO DA IA

- 4.1. Transparência e Disclosure
- 4.2. Verificação e Validação de Conteúdo
- 4.3. Proteção de Dados e Confidencialidade
- 4.4. Competência e Capacitação Profissional

V. CASOS PRÁTICOS E ESTUDOS DE CASO

- 5.1. Casos de Falhas Éticas: Advogados Punidos e Investigados
- 5.2. Casos de Falhas Éticas: Juízes Investigados e Sancionados
- 5.3. Casos Internacionais: Advertências e Sanções
- 5.4. Lições Aprendidas

VI. CHECKLIST PARA USO ÉTICO DA IA

VII. APLICAÇÕES ESPECÍFICAS DA IA NO DIREITO

VIII. PERSPECTIVAS FUTURAS

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

X. GLOSSÁRIO - Parte 1

X. GLOSSÁRIO - Parte 2

X. GLOSSÁRIO - Parte 3

XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AI



SUMÁRIO - PARTE 3

XII. LISTA DAS FONTES USADAS NA PESQUISA

- 12.1. NORMATIVAS E DIRETRIZES OFICIAIS
- 12.2. ANÁLISES JURÍDICAS E ARTIGOS ESPECIALIZADOS
- 12.3. CASOS PRÁTICOS E JURISPRUDÊNCIA
- 12.4. CASOS INTERNACIONAIS
- 12.5. DIRETRIZES INTERNACIONAIS E COMPARADAS
- 12.6. ANÁLISES TÉCNICAS E ACADÊMICAS
- 12.7. REVISTAS ESPECIALIZADAS E PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
- 12.8. RECURSOS ADICIONAIS E REGULAMENTAÇÃO
 - 12.8.1. RECURSOS MULTIMÍDIA E CONTEÚDO AUDIOVISUAL
 - 12.8.2. ESTUDOS COMPARATIVOS E REGULAMENTAÇÃO
- 12.9. PESQUISAS ACADÊMICAS E TESES
- 12.10. ARTIGOS SOBRE VIESES E DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA
- 12.11. RECURSOS ADICIONAIS E FERRAMENTAS PRÁTICAS
- 12.12. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS FONTES

XIII. AGRADECIMENTOS



A Revolução da IA no Direito

A advocacia sempre foi, por excelência, a profissão da palavra e do raciocínio humano. Contudo, a chegada avassaladora da Inteligência Artificial (IA) aos tribunais e escritórios transformou não apenas o **como trabalhamos**, mas o **quê entregamos**. Estamos diante de uma revolução que promete eficiência sem precedentes, mas que carrega consigo riscos éticos capazes de comprometer a própria essência da Justiça.

A Inteligência Artificial (IA) não é mais uma promessa futurista, mas uma realidade consolidada no cotidiano da prática jurídica. Ferramentas de IA generativa, análise predictiva e automação documental estão redefinindo a forma como advogados, escritórios e o próprio Poder Judiciário operam.



Desafios Éticos e Regulatórios

Essa transformação, embora carregada de potencial para ganhos exponenciais em eficiência e acesso à justiça, impõe um desafio ético e regulatório sem precedentes.

Inovação Responsável

O uso da IA no Direito exige uma reflexão profunda que transcende a mera adoção tecnológica

Ética Profissional

É imperativo que a inovação caminhe lado a lado com os pilares da ética profissional e da responsabilidade

Direitos Fundamentais

A proteção dos direitos fundamentais não pode ser comprometida pela promessa de produtividade

A promessa de produtividade não pode jamais se sobrepôr ao dever de diligência, ao sigilo profissional e à integridade do processo judicial.

Fundamentos da Cartilha

Esta cartilha, com base em uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, incluindo as diretrizes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Resolução CNJ n° 615/2025, do PL 2.338/2023, bem como na análise de casos concretos nacionais e internacionais, visa ser um guia prático e essencial.

01

Marco Regulatório

Sistematiza o marco regulatório brasileiro sobre uso de IA na advocacia

02

Riscos Inerentes

Detalha os riscos como "alucinações" e vieses algorítmicos

03

Cinco Pilares

Estabelece os cinco pilares inegociáveis para o uso ético e responsável

Tecnologia a Serviço da Justiça

O conteúdo que será apresentado não é um manifesto contra a tecnologia. Pelo contrário, reconhecemos a IA como uma aliada poderosa na gestão de acervos, na jurimetria e na otimização de rotinas. No entanto, a velocidade da inovação não pode atropelar os princípios basilares do Direito.

Quando um algoritmo alucina uma jurisprudência ou um viés automatizado decide o destino de um jurisdicionado, a tecnologia deixa de ser ferramenta e torna-se um obstáculo à Justiça.



Objetivo e Missão

Pavimentar um caminho seguro

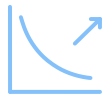
O objetivo não é frear o avanço tecnológico, mas sim pavimentar um caminho seguro para que a IA seja uma aliada na busca por uma justiça mais célere, equitativa e transparente.

O profissional do Direito do século XXI deve ser um guardião da ética na era algorítmica, garantindo que a tecnologia sirva à justiça e não o contrário.

Que este material, produzido pelo **Grupo de Trabalho de Engenharia de Prompt, IA Generativa e Legal Design da Comissão de IA da OAB/RJ**, inspire a reflexão e promova a adoção de boas práticas em toda a comunidade jurídica.

I. INTRODUÇÃO

A inteligência artificial (IA) deixou de ser um tema restrito à ficção científica ou à engenharia de software para se tornar elemento cotidiano da prática jurídica. Ferramentas de automação documental, pesquisa jurisprudencial assistida, análise preditiva e modelos generativos de linguagem passaram a integrar o dia a dia de advogados, escritórios, departamentos jurídicos, magistrados e órgãos públicos.



Ganhos de Produtividade

Promessa de ganhos significativos de produtividade, padronização e eficiência



Acesso à Justiça

Ampliação de acesso à justiça por meio da redução de custos de transação



Otimização Judicial

Auxílio na triagem de ações, classificação de peças e identificação de precedentes

Riscos Éticos e Jurídicos

Entretanto, paralelamente às oportunidades, emergem **riscos éticos e jurídicos** de grande relevância:

Alucinações

Geração de conteúdos falsos com aparência de veracidade ("alucinações")

Fundamentação Inexistente

Produção de decisões ou peças processuais com fundamentação inexistente

Violação de Sigilo

Violação de sigilo profissional e de dados pessoais

Vieses Algorítmicos

Vieses algorítmicos que podem reforçar desigualdades

Opacidade

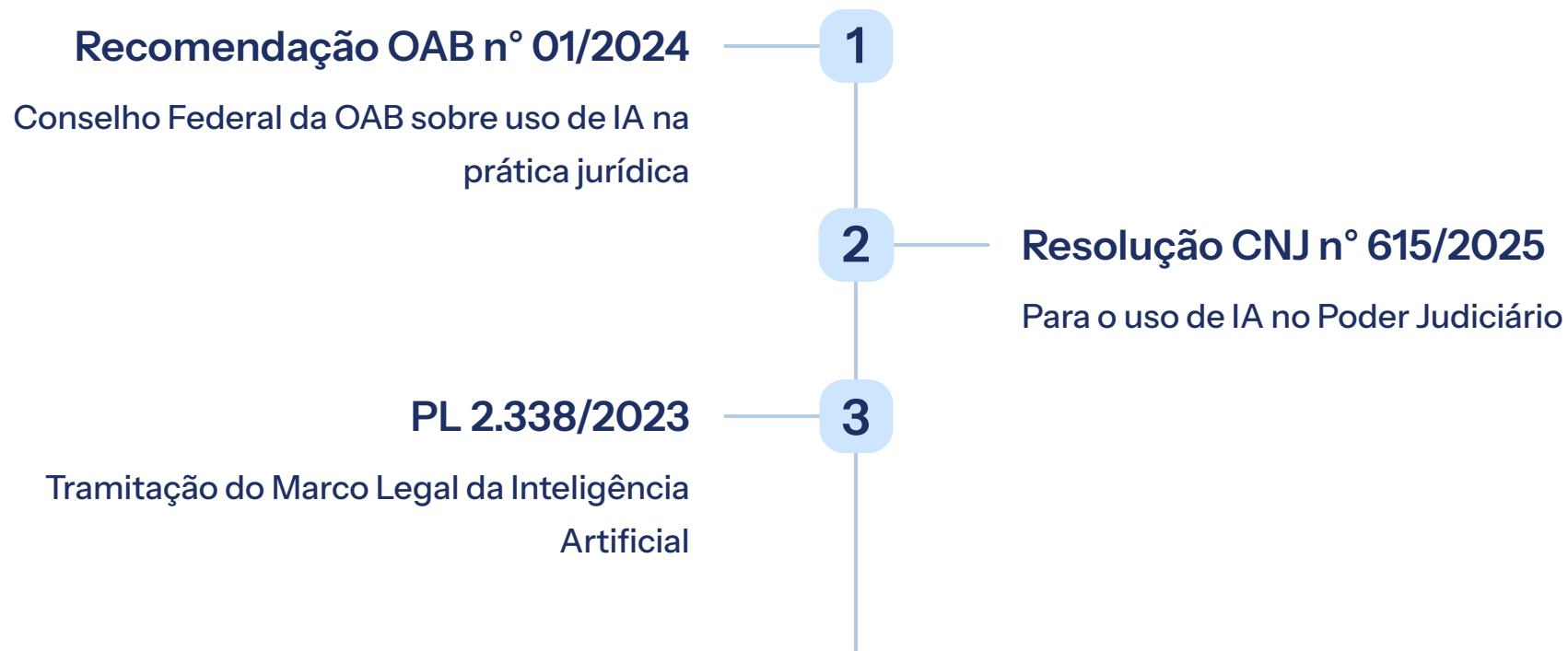
Opacidade quanto ao funcionamento dos modelos

Substituição Indevida

Tentação de substituição do raciocínio jurídico humano por respostas automatizadas

Marco Regulatório Brasileiro

No Brasil, a discussão ganhou densidade com importantes marcos regulatórios:



❏ **Decisões judiciais e notícias de casos concretos revelam que o uso descontrolado da IA já resultou em multas, sindicâncias, investigações disciplinares e preocupação institucional.**

Casos Documentados

Entre os casos documentados estão:

Advogados

Condenados ao pagamento de multas por litigância de má-fé após citarem julgados inexistentes

Juízes

Investigados pela Corregedoria por produzirem sentenças em ritmo anômalo sem fundamentação apropriada

Casos Internacionais

Situações de constrangimento quando avatares de IA tentaram se passar por advogados em audiências

Objetivos desta Cartilha

1 Fundamentos Éticos

Sistematizar os fundamentos éticos aplicáveis ao uso de IA na advocacia e no sistema de justiça

2 Marco Regulatório

Analisar o marco regulatório brasileiro, em especial as recomendações da OAB, a LGPD, o Código de Ética da OAB, a Resolução CNJ 615/2025 e o PL 2.338/2023

3 Experiências Internacionais

Comparar experiências internacionais, incluindo diretrizes da American Bar Association (ABA), de ordens de advogados e tribunais estrangeiros

4 Estudos de Caso

Examinar estudos de caso concretos, nacionais e internacionais, envolvendo advogados e magistrados que utilizaram IA de forma inadequada

5 Boas Práticas

Propor modelos de governança e boas práticas para o uso ético e responsável de IA na prática jurídica

A pesquisa é bibliográfica e documental, baseada em 126 referências nacionais e internacionais que incluem artigos acadêmicos, decisões judiciais, atos normativos, notícias jornalísticas especializadas, pareceres e documentos técnicos.

II. FUNDAMENTOS ÉTICOS DA IA NA ADVOCACIA

2.1. Princípios éticos tradicionais e novas tecnologias

O ponto de partida para pensar o uso de IA na advocacia é o próprio **Código de Ética e Disciplina da OAB**, que impõe ao advogado deveres como:

- Honestidade e boa-fé na condução do mandato
- Zelo, diligência e competência técnica
- Sígilo profissional
- Independência e responsabilidade pessoal
- Respeito à dignidade da justiça e à confiança do cliente

Esses princípios não são afastados pela adoção de novas tecnologias; ao contrário, são reforçados. A IA aparece como **ferramenta**, jamais como substituta do juízo profissional.



2.2. Valores da Ética Aplicada à Tecnologia

A literatura de ética aplicada à tecnologia destaca ainda valores como:



Transparência

O usuário deve compreender os limites da ferramenta



Responsabilidade

Deve ser possível atribuir a um sujeito a responsabilidade pelas decisões que fazem uso de IA



Justiça e Não Discriminação

Mitigação de vieses e desigualdades produzidos por dados históricos



Explicabilidade

Deve ser possível reconstruir a lógica que fundamentou o resultado

2.3. Desafios Específicos da IA Generativa

Modelos de linguagem de grande porte (LLMs) são capazes de produzir textos sofisticados, que imitam com alto grau de verossimilhança o estilo de decisões, pareceres e petições. Isso cria a **ilusão de autoridade**: o texto "parece" jurídico, mas pode estar repleto de erros factuais, referências inexistentes e interpretações equivocadas.

Problemas Recorrentes

Casos Fictícios

O sistema "inventa" julgados e cita como se fossem reais

Doutrina Apócrifa

Doutrina apócrifa ou distorcida

Dispositivos Inexistentes

Artigos de lei que não constam de nenhuma norma

Mistura Indevida

Mistura indevida de ordenamentos estrangeiros com o brasileiro

Sob a ótica ética, isso é grave porque:

1. Enganar o juiz ou o cliente é incompatível com a boa-fé
2. Delegar integralmente a redação ao modelo viola o dever de diligência
3. A falta de verificação humana agrava a responsabilização do profissional

2.4. Supervisão Humana como Requisito Ético Mínimo

Não há uso ético de IA na advocacia sem supervisão humana efetiva

A recomendação central que emerge das diretrizes nacionais e internacionais é clara:



Revisar Integralmente

Revisar integralmente o texto gerado



Checar Referências

Checar jurisprudência e legislação citadas



Ajustar Argumentação

Ajustar a argumentação ao caso concreto



Assumir Responsabilidade

Assumir responsabilidade pelo conteúdo final

A IA pode auxiliar na primeira versão, mas a versão final deve ser obra intelectual do advogado, em conformidade com o dever de zelo e independência técnica.

III. MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO

3.1. Recomendações da OAB sobre o uso de IA

O Conselho Federal da OAB aprovou recomendações específicas sobre o uso de IA na prática jurídica (Recomendação nº 01/2024), enfatizando:

Responsabilidade

Responsabilidade do advogado pelo uso da ferramenta

Proteção de Dados

Necessidade de proteção de dados pessoais, com observância da LGPD

Transparência

Transparência na utilização de IA quando relevante para o cliente ou Judiciário

Proibições

Proibição de práticas que possam configurar mercantilização indevida ou violação de sigilo

Capacitação

Importância de capacitação contínua dos profissionais

Essas recomendações não criam uma "nova ética", mas **aplicam os deveres tradicionais ao contexto digital**, deixando claro que a IA não é desculpa para afastar responsabilidade disciplinar.

3.2. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A LGPD é eixo estruturante do uso de IA na prática jurídica, pois:

- Advogados lidam rotineiramente com **dados pessoais sensíveis** (saúde, origem racial, convicção religiosa, dados de crianças, etc.)
- Muitos sistemas de IA são baseados em **processamento massivo de dados**, o que exige base legal apropriada, respeito à finalidade e minimização
- O compartilhamento de informações com fornecedores de tecnologia, especialmente quando há tratamento em nuvem, exige cláusulas contratuais e medidas de segurança adequadas

❏ O uso irresponsável de IA que envolva upload de peças sigilosas, bancos de dados de clientes ou informações estratégicas em ferramentas públicas pode configurar **violação de sigilo profissional e infração à LGPD**, com repercussões cíveis, administrativas e disciplinares.



3.3. PL 2.338/2023 e Responsabilidade por Sistemas de IA

O Projeto de Lei nº 2.338/2023, em discussão no Senado, busca estabelecer um **marco legal da IA no Brasil**. Entre os pontos de interesse para a advocacia e o Judiciário, destacam-se:



Classificação de Risco

Classificação de sistemas de IA em níveis de risco, com obrigações proporcionais



Gestão e Governança

Exigência de gestão de risco, transparência, auditoria e governança para sistemas de alto risco



Responsabilidade Civil

Discussão sobre responsabilidade civil por danos causados por IA, incluindo hipóteses de responsabilidade objetiva

Embora ainda em tramitação, o projeto funciona como **baliza prospectiva**: escritórios e instituições que se antecipam às exigências tendem a reduzir riscos futuros.

3.4. Código de Ética da OAB e Estatuto da Advocacia

O Estatuto e o Código de Ética são o "núcleo duro" da responsabilidade do advogado, independentemente do uso de IA. A jurisprudência disciplinar tende a reforçar que:

Não Pode Alegar Ignorância

O advogado não pode alegar ignorância tecnológica para justificar a apresentação de peças com conteúdo falso

Negligência Grave

O uso de IA sem revisão configura, em muitos casos, negligência grave

Má-Fé Processual

A apresentação de jurisprudência ou normas inexistentes pode caracterizar má-fé processual, sujeita a multas e comunicação à OAB

IV. DIRETRIZES PRÁTICAS PARA O USO ÉTICO DA IA

Este capítulo apresenta diretrizes práticas e recomendações essenciais para orientar o uso responsável e ético da inteligência artificial na advocacia, garantindo a conformidade com as normas profissionais e a proteção dos interesses dos clientes.

4.1. Transparência e Disclosure

A transparência é um pilar fundamental no uso ético da IA na advocacia. Advogados devem ser claros e abertos com seus clientes e com o Judiciário sobre o emprego de tecnologias de inteligência artificial em suas atividades.

Informar o cliente sobre o uso de IA

Comunicar de forma clara e compreensível quando e como a inteligência artificial está sendo utilizada no caso.

Documentar quais ferramentas foram utilizadas

Manter um registro detalhado das plataformas, modelos e versões de IA empregadas.

Explicar limitações e riscos

Esclarecer as potenciais falhas, vieses e a ausência de capacidade decisória da IA.

Manter registros de auditoria

Garantir que as interações com a IA possam ser rastreadas e verificadas, especialmente em casos de tomada de decisão crítica.

Obter consentimento quando necessário

Em situações que envolvam o compartilhamento de dados sensíveis ou informações confidenciais com sistemas de IA.

4.2. Verificação e Validação de Conteúdo

A etapa de verificação e validação do conteúdo gerado por sistemas de inteligência artificial é crucial para assegurar a precisão, confiabilidade e conformidade ética e legal na prática jurídica.

Verificação Obrigatória

- Sempre verificar citações jurisprudenciais
- Conferir dados e fatos
- Validar argumentos jurídicos

Métodos de Validação

- Consulta a bases oficiais
- Revisão por pares
- Análise crítica do conteúdo gerado

4.3. Proteção de Dados e Confidencialidade

A proteção de dados e a confidencialidade são aspectos cruciais no uso da IA na advocacia, exigindo atenção rigorosa às políticas de privacidade e às medidas de segurança para salvaguardar informações sensíveis dos clientes.



Avaliar políticas de privacidade das ferramentas



Evitar compartilhar informações sensíveis



Implementar medidas de segurança adequadas



Cumprir a LGPD e sigilo profissional



Considerar soluções on-premise quando necessário

4.4. Competência e Capacitação Profissional

A utilização ética e eficaz da inteligência artificial na advocacia exige um compromisso constante com a competência e a capacitação profissional. É fundamental que os advogados compreendam a tecnologia, suas capacidades e, principalmente, suas limitações para garantir um uso responsável e em conformidade com os deveres da profissão.



Compreender as limitações da IA



Manter-se atualizado sobre desenvolvimentos



Investir em treinamento adequado



Desenvolver senso crítico para avaliar resultados



Não delegar responsabilidades exclusivamente à IA

A capacidade de operar com IA, mas também de discernir seus erros e vieses, será uma competência-chave para o advogado do futuro, reforçando o valor insubstituível do julgamento humano.

V. CASOS PRÁTICOS E ESTUDOS DE CASO

Este capítulo tem como objetivo apresentar exemplos práticos do uso da inteligência artificial na advocacia, ilustrando tanto os casos de sucesso quanto as situações problemáticas. Através desses estudos de caso, buscamos reforçar a importância da aplicação das diretrizes éticas e regulatórias para garantir um uso responsável e eficaz da IA no ambiente jurídico.

5.1. Casos de Falhas Éticas: Advogados Punidos e Investigados

Caso 1 – Advogado condenado por uso abusivo de IA – Rio de Janeiro (2025)

Na 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sob a condução da juíza Márcia Maria Nunes de Barros, um advogado foi condenado ao pagamento de multa por uso abusivo de IA em ação contra o INSS. A petição inicial apresentava trechos de julgados inexistentes, atribuição a tribunais de decisões que jamais foram proferidas e fundamentação que sugeria forte dependência de conteúdos gerados automaticamente.

Confira em: trf2.jus.br

Caso 2 – Advogado multado em 20 salários mínimos – Londrina/PR (2025)

Na 2ª Vara Federal de Londrina, no Paraná, um advogado apresentou manifestações processuais com artigos de lei inexistentes, jurisprudência inverídica e argumentação nitidamente baseada em texto automatizado sem conferência.

Confira em: jurinews.com.br

Caso 3: Advogada Criou Juiz Inexistente – Santa Catarina (2025)

Uma advogada de Piratuba, no Oeste catarinense, apresentou uma petição trabalhista repleta de citações, decisões e nomes de magistrados criados por IA, incluindo um "juiz" inexistente que era na verdade um comerciante de Ponta Grossa (PR), dono de um bar.

Confira em: direitonews.com.br

Caso 4 – Súmula inexistente e multa na Justiça do Trabalho – Minas Gerais (2025)

Um advogado citou em recurso uma súmula inexistente, atribuída a tribunal superior, produzida por IA generativa. O magistrado considerou a conduta atentatória à boa-fé processual e aplicou multa.

Confira em: portal.trt3.jus.br

Caso 5 – Múltiplas petições irregulares com IA perante TRT – Mogi das Cruzes/SP (2025)

Um Tribunal Regional do Trabalho relatou que determinado advogado reiteradamente apresentava petições com jurisprudência inexistente, trechos desconexos e erros evidentes de coerência, sugerindo forte uso de IA sem revisão.

Confira em: ww2.trt2.jus.br

5.2. Casos de Falhas Éticas: Juízes Investigados e Sancionados

Caso 1 – Juiz investigado pelo TJ/MA por uso intensivo de IA (969 sentenças em um mês)

No Maranhão, a Corregedoria-Geral da Justiça instaurou sindicância para apurar a conduta de um juiz cuja produtividade saltou de cerca de 80 sentenças por mês para 969 sentenças em agosto (2024). A análise apontou indícios de uso inadequado de IA.

Confira em: migalhas.com.br

Caso 2 – Sentença com jurisprudência falsa e investigação pelo CNJ - Minas Gerais (2023)

Em Minas Gerais, um magistrado realizou pesquisa em ferramenta de IA (como o ChatGPT), reproduzindo em sentença entendimentos inexistentes do STJ. Posteriormente, constatou-se que os precedentes citados simplesmente não existiam.

Confira em: sintrajufe.org.br

Caso 3 – Juiz do TRF1 que utilizou ChatGPT para elaborar decisão

No âmbito da Justiça Federal, caso muito divulgado envolveu juiz que utilizou ChatGPT na elaboração de decisão, o que resultou em recomendações corretivas pela Corregedoria.

Confira em: jota.info

5.3. Casos Internacionais: Advertências e Sanções

Caso 1 – Avatar de IA interrompido em tribunal de Nova York (2025)

Em Nova York, um cidadão norte-americano utilizou um avatar digital de IA para se apresentar como "advogado" em audiência perante corte de apelação. Durante a sessão, a juíza percebeu que não se tratava de uma pessoa real, mas de um avatar gerado por IA, e interrompeu imediatamente o ato.

Confira em: noticias.r7.com

Caso 2 – Advogados multados por casos fictícios nos EUA (2023)

Dois advogados norte-americanos apresentaram em juízo memorando com vários casos citados que jamais haviam sido julgados – todos gerados por IA generativa. O tribunal verificou que os precedentes eram inexistentes, aplicou multas e determinou que os advogados informassem o ocorrido a seus clientes.

Confira em: estadao.com.br

Caso 3: Michael Cohen – Ex-Advogado de Donald Trump

A equipe jurídica de Michael Cohen, ex-advogado de Donald Trump, apresentou decisões falsas criadas por IA. Cohen assumiu a culpa, afirmando desconhecer que a ferramenta de pesquisa do Google usada por ele produzia "alucinações" – termo técnico para quando a IA cria informações falsas com aparência de verdade.

Confira em: dailyai.com

5.4. Lições Aprendidas



A supervisão humana é insubstituível



Verificação deve ser sistemática, não ocasional



Transparência protege tanto advogado quanto cliente



Capacitação contínua é essencial



Tecnologia é ferramenta, não substituto do julgamento profissional

VI. CHECKLIST PARA USO ÉTICO DA IA

Este capítulo visa apresentar um guia prático de verificação para advogados implementarem antes, durante e após o uso de ferramentas de IA.



Avaliação Prévia da Ferramenta

Verificar as políticas de privacidade e segurança da IA antes da implementação para garantir conformidade com a LGPD e o sigilo profissional.



Proteção de Dados

Evitar o compartilhamento de informações confidenciais ou sensíveis com sistemas de IA que não ofereçam garantias robustas de confidencialidade.



Manutenção da Supervisão Humana

Garantir que a decisão final e a responsabilidade pelo trabalho sejam sempre do advogado, usando a IA como ferramenta de apoio.



Transparência com o Cliente

Informar o cliente de forma clara e compreensível sobre o uso da IA no caso, documentando as ferramentas e suas limitações.



Verificação e Validação

Sempre revisar, verificar e validar o conteúdo gerado pela IA (citações, fatos, argumentos jurídicos) antes de sua utilização.



Capacitação Contínua

Manter-se atualizado sobre os desenvolvimentos da IA e investir em treinamento adequado para um uso competente e ético.

VII. APLICAÇÕES ESPECÍFICAS DA IA NO DIREITO

A inteligência artificial tem o potencial de transformar diversas áreas do direito, oferecendo novas ferramentas para otimizar processos, analisar grandes volumes de dados e auxiliar na tomada de decisões. No entanto, cada ramo jurídico apresenta suas particularidades e desafios específicos na implementação dessas tecnologias, exigindo abordagens personalizadas e uma compreensão aprofundada tanto das capacidades da IA quanto das nuances legais.



Direito Civil

Na área do Direito Civil, a IA pode ser aplicada na análise de contratos, na elaboração de petições iniciais e na otimização de processos de mediação e conciliação. Os desafios incluem a interpretação de cláusulas ambíguas, a garantia da individualidade dos casos e a necessidade de um toque humano em questões sensíveis como direito de família e sucessões.



Direito Empresarial e Corporativo

Para o Direito Empresarial, a IA é valiosa na due diligence para fusões e aquisições, na revisão de documentos societários, na gestão de contratos e na garantia de conformidade regulatória (compliance). As particularidades envolvem a necessidade de atualização constante frente a mudanças legislativas e a complexidade de negociações estratégicas que demandam expertise jurídica e estratégica.



Direito Penal

No Direito Penal, a IA auxilia na análise preditiva de crimes, na revisão de evidências em grandes volumes de dados (e-discovery) e na identificação de padrões em processos criminais. Contudo, enfrenta sérios desafios éticos relacionados a vieses algorítmicos, que podem levar a discriminação, e à garantia do devido processo legal e da presunção de inocência, onde a supervisão humana é crucial.



Direito Tributário

No Direito Tributário, a IA pode automatizar o cálculo de impostos, identificar oportunidades de otimização fiscal e monitorar mudanças na legislação tributária. Os desafios residem na interpretação das normas fiscais, que frequentemente são complexas e sujeitas a diferentes entendimentos, e na sensibilidade dos dados financeiros envolvidos, exigindo robusta segurança e conformidade.

VIII. PERSPECTIVAS FUTURAS

A inteligência artificial na advocacia está em constante evolução, prometendo transformar ainda mais o panorama jurídico nos próximos anos. Compreender as tendências emergentes e os desafios futuros é crucial para que advogados e legisladores possam se preparar e moldar um futuro onde a tecnologia atua como um verdadeiro aliado da justiça.



Evolução esperada da IA na advocacia nos próximos 5-10 anos

Espera-se uma integração mais profunda da IA em todas as esferas da prática jurídica, desde a automação de tarefas rotineiras até o auxílio em análises jurídicas complexas e estratégias de litígio, tornando-se uma ferramenta indispensável para a eficiência e competitividade.



Tendências emergentes como IA explicável e sistemas híbridos

O desenvolvimento de IA explicável (XAI) será fundamental para aumentar a confiança e a compreensão das decisões geradas por máquinas. Sistemas híbridos, que combinam a inteligência humana com a capacidade computacional da IA, também se tornarão a norma para otimizar resultados e garantir a ética.



Necessidade de adaptação contínua da regulamentação

A velocidade do avanço da IA exigirá uma regulamentação ágil e flexível. Leis e diretrizes precisarão ser constantemente revisadas e atualizadas para abordar questões como responsabilidade algorítmica, privacidade de dados e vieses, garantindo um uso justo e ético da tecnologia.



Importância da formação jurídica incluir competências tecnológicas

As faculdades de direito precisarão incorporar disciplinas de tecnologia, análise de dados e ética da IA em seus currículos. Advogados do futuro precisarão ter não apenas conhecimento jurídico, mas também fluência digital para interagir e gerenciar eficazmente as ferramentas de IA.



Papel dos advogados como mediadores entre tecnologia e justiça

O advogado se tornará o elo crucial entre as capacidades da IA e os princípios da justiça, garantindo que a tecnologia sirva aos objetivos humanos. Seu julgamento ético e sua capacidade de interpretação contextual serão mais valorizados do que nunca.

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A inteligência artificial na advocacia representa uma fronteira promissora, capaz de otimizar processos, aprimorar a pesquisa jurídica e potencializar a capacidade analítica dos profissionais. No entanto, é imperativo que sua implementação seja guiada por um arcabouço ético robusto e por uma compreensão aprofundada de suas implicações.

O futuro da IA na advocacia não reside na substituição do intelecto humano, mas sim na sua amplificação. Os advogados devem assumir o papel de guardiões dos valores fundamentais da justiça, assegurando que a tecnologia sirva à equidade, à transparência e à proteção dos direitos individuais. O equilíbrio entre a inovação tecnológica e os princípios éticos e legais será a chave para um desenvolvimento sustentável e responsável.

Portanto, a capacitação contínua, a diligência na verificação e validação do conteúdo gerado por IA, a proteção rigorosa de dados e a transparência com os clientes não são apenas boas práticas, mas requisitos essenciais para a integridade da profissão e a confiança na administração da justiça na era digital.

X. GLOSSÁRIO - Parte 1

Este glossário reúne os principais termos técnicos relacionados à Inteligência Artificial e sua aplicação no campo jurídico, visando facilitar a compreensão dos conceitos abordados ao longo deste documento.

Inteligência Artificial (IA)

Sistema computacional capaz de realizar tarefas que normalmente requerem inteligência humana.

Inteligência Artificial (IA) Generativa

Sistemas de IA capazes de criar conteúdos novos e originais, como textos, imagens, códigos ou músicas, a partir de comandos (prompts) fornecidos em linguagem natural.

Machine Learning

Subcampo da IA que permite aos sistemas aprender e melhorar automaticamente através da experiência.

Algoritmo

Conjunto de regras ou instruções para resolver um problema ou completar uma tarefa.

Viés Algorítmico

Tendência sistemática de um algoritmo que resulta em tratamento injusto de determinados grupos.

Disclosure

Obrigação ética e legal de revelar informações relevantes de forma transparente. No contexto da IA na advocacia, refere-se à necessidade de informar clientes e tribunais sobre o uso de ferramentas de inteligência artificial na prestação de serviços jurídicos, incluindo suas capacidades e limitações.

X. GLOSSÁRIO - Parte 2

IA Explicável (XAI)

Sistemas de IA que fornecem explicações compreensíveis sobre suas decisões.

Alucinação de IA

Fenômeno no qual um sistema de IA generativa produz informações factualmente incorretas, enganosas ou inteiramente falsas, mas as apresenta com a aparência de um fato verdadeiro.

Due Diligence

Processo de investigação detalhada antes de uma transação ou decisão.

Compliance

Conformidade com leis, regulamentos e diretrizes aplicáveis.

LGPD

Sigla da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), legislação brasileira que regula o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas e jurídicas, tanto em meios físicos quanto digitais.

X. GLOSSÁRIO - Parte 3

Prompt

O comando, a pergunta ou a instrução, geralmente em linguagem natural, que um usuário fornece a um sistema de IA generativa para que ele execute uma tarefa ou gere uma resposta.

LLMs (Large Language Models)

Modelos de linguagem de grande porte, sistemas de IA treinados em vastos conjuntos de dados textuais para compreender e gerar linguagem humana.

Supervisão Humana

Requisito ético fundamental que exige que um profissional humano revise, valide e assuma responsabilidade pelo conteúdo gerado por IA.

Marco Legal da IA

Conjunto de leis e regulamentações que estabelecem diretrizes para o desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de inteligência artificial.

Governança de IA

Conjunto de políticas, processos e controles estabelecidos para garantir o uso ético, responsável e eficaz de sistemas de inteligência artificial.

XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Para a elaboração deste documento, foram consultadas as seguintes fontes e normativas:

- Recomendação OAB nº 01/2024
- Resolução CNJ nº 615/2025
- PL 2.338/2023 (Marco Legal da IA)
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
- Código de Ética e Disciplina da OAB
- Estatuto da Advocacia
- Diretrizes internacionais sobre IA e ética

XII. LISTA DAS FONTES USADAS NA PESQUISA



Esta seção apresenta todas as 126 referências utilizadas na elaboração desta cartilha, organizadas por categoria temática para facilitar a consulta e pesquisa acadêmica.

12.1. NORMATIVAS E DIRETRIZES OFICIAIS

- [IAB - Uso ético da IA pelo advogado na prática jurídica](#)
- [OAB Nacional - OAB aprova recomendações para uso de IA na prática jurídica](#)
- [OAB Mato Grosso do Sul - OAB aprova recomendações para uso de IA na prática jurídica](#)
- [CNJ \(Diário de Atos\) - Resolução nº 615, de 11 de março de 2025](#)
- [CNJ \(Atos Detalhados\) - Resolução N° 615 de 11/03/2025](#)
- [Câmara dos Deputados - Ficha de Tramitação do Projeto de Lei nº 2.338/2023](#)
- [Senado Federal - Projeto de Lei nº 2.338, de 2023 \(Avulso\)](#)

12.2. ANÁLISES JURÍDICAS E ARTIGOS ESPECIALIZADOS



- [Migalhas - Diretrizes da OAB: Inteligência artificial com ética e transparência](#)
- [Migalhas - Uso ético da IA na prática jurídica do advogado](#)
- [Migalhas - Inteligência artificial no Direito: perspectivas éticas e marco regulatório da OAB](#)
- [Migalhas - Eficiência e ética no uso da inteligência artificial no Judiciário](#)
- [Legale - Ética na Inteligência Artificial: Desafios Jurídicos Atualizados](#)
- [Legale - Desafios Jurídicos e Regulatórios da Inteligência Artificial](#)
- [Legale - Inteligência artificial na advocacia: desafios éticos, riscos e aplicações](#)
- [Legale - Responsabilidade civil e penal da inteligência artificial no Brasil](#)
- [Inteligov - Inteligência artificial no Direito: riscos, ética e regulação](#)
- [Doc9 - A IA jurídica e a conformidade com a OAB: guia completo](#)
- [Jurídico AI - Jurídico AI: Inteligência Artificial para Advogados](#)

12.3. CASOS PRÁTICOS E JURISPRUDÊNCIA



- [Migalhas - Leis e jurisprudência inventadas: Advogado é multado por uso de IA](#)
- [Migalhas - De 80 para 969 sentenças: juiz é investigado pelo TJ/MA por uso de IA](#)
- [Metrópoles - Advogado é condenado por uso abusivo de IA: 'Peças enganosas'](#)
- [TRF-2-JFRJ aplica multa por uso indevido de inteligência artificial em processo](#)
- [TRT-2 - Mau uso de inteligência artificial em petição condena por má-fé e intuito protelatório](#)
- [Portal TRT-3 - Justiça do Trabalho aplica multa após advogado citar súmula inexistente gerada por IA](#)
- [JuriNews - Advogado é multado por uso inapropriado de IA em manifestações processuais com leis e jurisprudências fictícias](#)
- [DireitoNews - Uso de inteligência artificial cria juiz inexistente e causa multa a trabalhadora](#)
- [Estratégia Concursos - IA: magistrado é suspeito de criar sentenças por algoritmo](#)
- [SintraJufe - CNJ investiga caso de sentença redigida com IA e que apresentou jurisprudências inexistentes](#)

12.4. CASOS INTERNACIONAIS



Apresentamos uma compilação de casos internacionais notáveis que ilustram os desafios e as implicações do uso da inteligência artificial no campo jurídico:

- [G1 Globo - Juiz usa inteligência artificial para fazer decisão e cita jurisprudência falsa - CNJ investiga caso](#)
- [JOTA - Juiz do TRF1 que usou o ChatGPT será investigado pelo CNJ](#)
- [R7 Notícias - Homem é descoberto usando 'advogado' criado por IA em julgamento nos EUA](#)
- [Paula Buffon Advogados - Advogado Virtual? Juíza Interrompe audiência nos EUA após descobrir que 'Advogado' era gerado por IA](#)
- [Estadão - Advogados multados US\\$ 5 mil: casos inventados ChatGPT](#)
- [DailyAI - Donald Trump's former lawyer Michael Cohen used AI for false legal citations](#)
- [Reuters - Lawyers face sanctions for citing fake cases with AI, warns UK judge](#)
- [The Times of India - Kerala High Court's new guidelines to district judiciary: 'AI tools shall not be used to...'](#)
- [The Australian - NSW Chief Justice bans AI use for key evidence documents](#)
- [The Verge - Why do lawyers keep using ChatGPT?](#)

12.5. DIRETRIZES INTERNACIONAIS E COMPARADAS



Apresentamos diretrizes e posicionamentos de diversas organizações e instituições internacionais que abordam o uso da inteligência artificial no campo jurídico:

- [**UIA - UIA Guidelines on the use of artificial intelligence systems by lawyers**](#)
- [**American Bar Association - ABA issues first ethics guidance on a lawyer's use of AI tools \(Formal Opinion 512\)**](#)
- [**American Bar Association / Business Law Today - ABA Ethics Opinion on Generative AI Offers Useful Framework**](#)
- [**Washington University in St. Louis - Legal Ethics: ABA Guidance on AI Use**](#)
- [**New York City Bar Association - Current ethics opinions and reports related to generative AI**](#)
- [**Bloomberg Law - State Legal Ethics Guidance on Artificial Intelligence \(AI\)**](#)
- [**Law Society of Ireland - Guidance for solicitors on generative artificial intelligence \(AI\)**](#)
- [**IDS - Brazilian Bar Association publishes recommendations to guide the use of AI in legal practice**](#)
- [**LegalNetlink Alliance - Ethical AI in Law: Brazil Sets Guidelines for Responsible Use in Legal Practice**](#)
- [**UNESCO - Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial**](#)
- [**ONU - Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial \(IA\): Metodologia de Avaliação de Prontidão**](#)

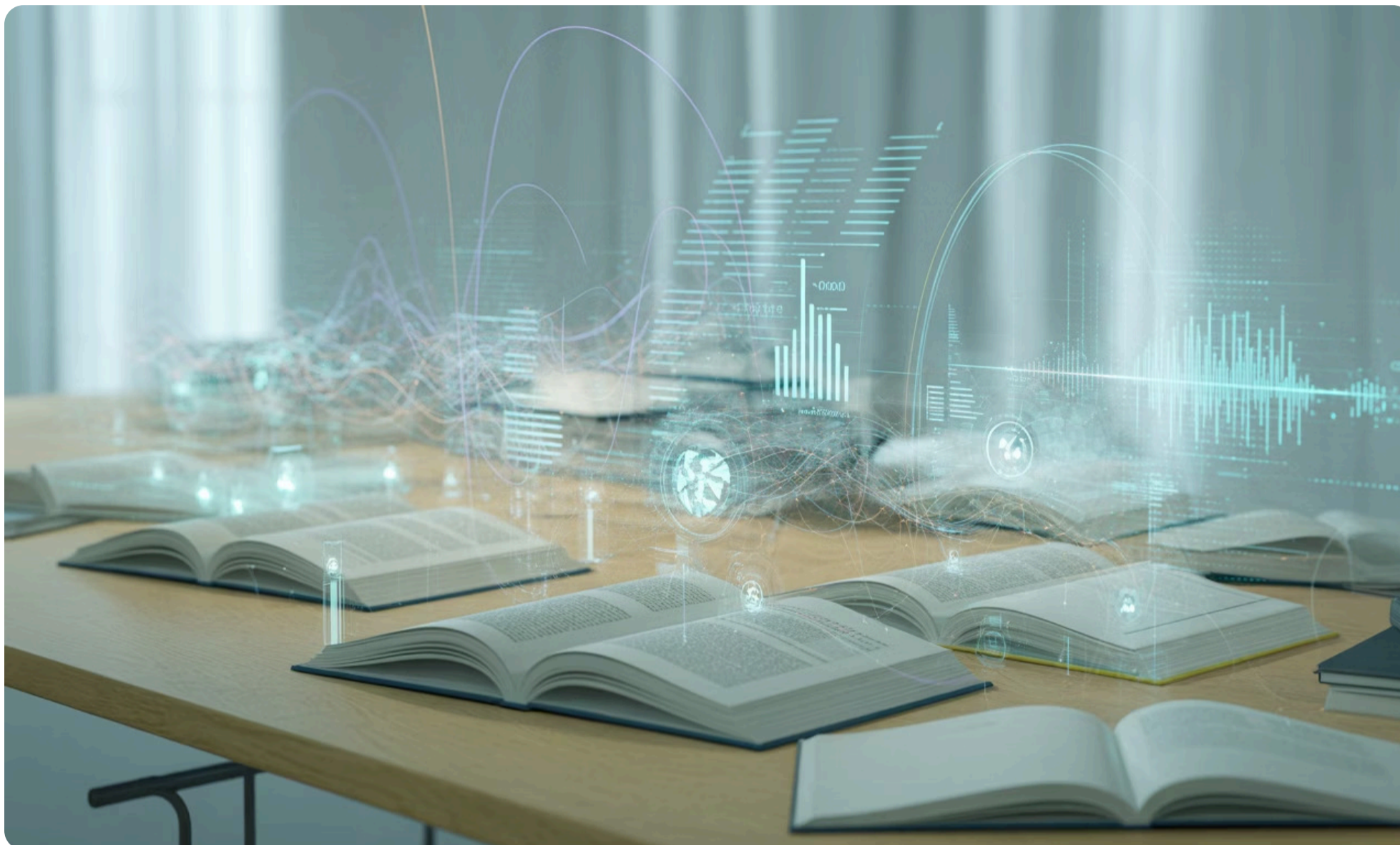
12.6. ANÁLISES TÉCNICAS E ACADÊMICAS



Esta seção compila análises técnicas e artigos acadêmicos que aprofundam a discussão sobre o uso da inteligência artificial no Judiciário e na prática jurídica, com foco nas diretrizes e desafios éticos.

- [SNM Advogados - CNJ Publica Resolução nº 615/2025 e Define Diretrizes para Uso](#)
- [Softplan - Resolução 615 do CNJ: Inteligência Artificial no Judiciário](#)
- [Portal TJMG - IA: CNJ estabelece normas para uso da tecnologia](#)
- [Claudio Zalaf Advogados - Análise Jurídica da Resolução CNJ nº 615/2025 e seus efeitos](#)
- [CORIMG - Resolução do CNJ define diretrizes para o uso da inteligência artificial no Judiciário](#)
- [EJEF TJMG - Resolução do CNJ sobre IA reforça pioneirismo da EJEF em ações formativas](#)
- [Jusbrasil - Resolução 615/25 - CNJ](#)
- [TRT-12 - Resolução CNJ N.º 615, de 11 de março de 2025](#)
- [Revista Acadêmica Online - A ética no uso da inteligência artificial e seus desafios jurídicos](#)
- [Revista JRG - Desafios éticos da utilização da IA na elaboração de peças processuais](#)
- [Fórum - Desafios para o uso de aplicações baseadas em IA no Judiciário](#)

12.7. REVISTAS ESPECIALIZADAS E PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS



- [Revista da Esmal - Inteligência artificial - Revista da Esmal](#)
- [Revista da Emerj - Inteligência artificial, precedentes e a Resolução CNJ nº 615/2025](#)
- [JOTA - IA generativa no sistema de justiça: promessas, dilemas e caminhos regulatórios](#)
- [Monteiro Rusu Advogados - Inteligência Artificial na advocacia: oportunidades, riscos e responsabilidade profissional](#)
- [Revista Jurídica Gralha Azul \(TJPR\) - Inteligência artificial: uso ético e inclusivo da IA no Direito, suas aplicações no Judiciário e seus impactos no acesso à justiça](#)
- [Revista REASE - O impacto da inteligência artificial na advocacia brasileira](#)
- [FATEC Mogi das Cruzes - A importância da inteligência artificial na advocacia: facilitando o trabalho jurídico](#)
- [Damásio Educacional - IA na Advocacia: ética, LGPD e o papel do advogado na era digital](#)
- [Unitins - Uso ético e estratégico da Inteligência Artificial na advocacia é tema do I Congresso de Direito da Unitins](#)
- [OAB Goiás - TED institui programa de educação para uso ético da inteligência artificial na advocacia](#)
- [MIT Technology Review Brasil - O futuro da profissão jurídica: a transformação impulsionada pela Inteligência Artificial](#)

12.8. RECURSOS ADICIONAIS E REGULAMENTAÇÃO



12.8.1. RECURSOS MULTIMÍDIA E CONTEÚDO AUDIOVISUAL

- [YouTube \(TJMG\) - IA na Justiça e a Resolução 615 do CNJ](#)
- [YouTube \(APOIA\) - Webinar sobre a Apoia: Inteligência Artificial Generativa no Judiciário](#)
- [YouTube \(OAB TV\) - OAB TV O prof Gustavo Rabay fala da Inteligência Artificial na advocacia](#)

12.8.2. ESTUDOS COMPARATIVOS E REGULAMENTAÇÃO

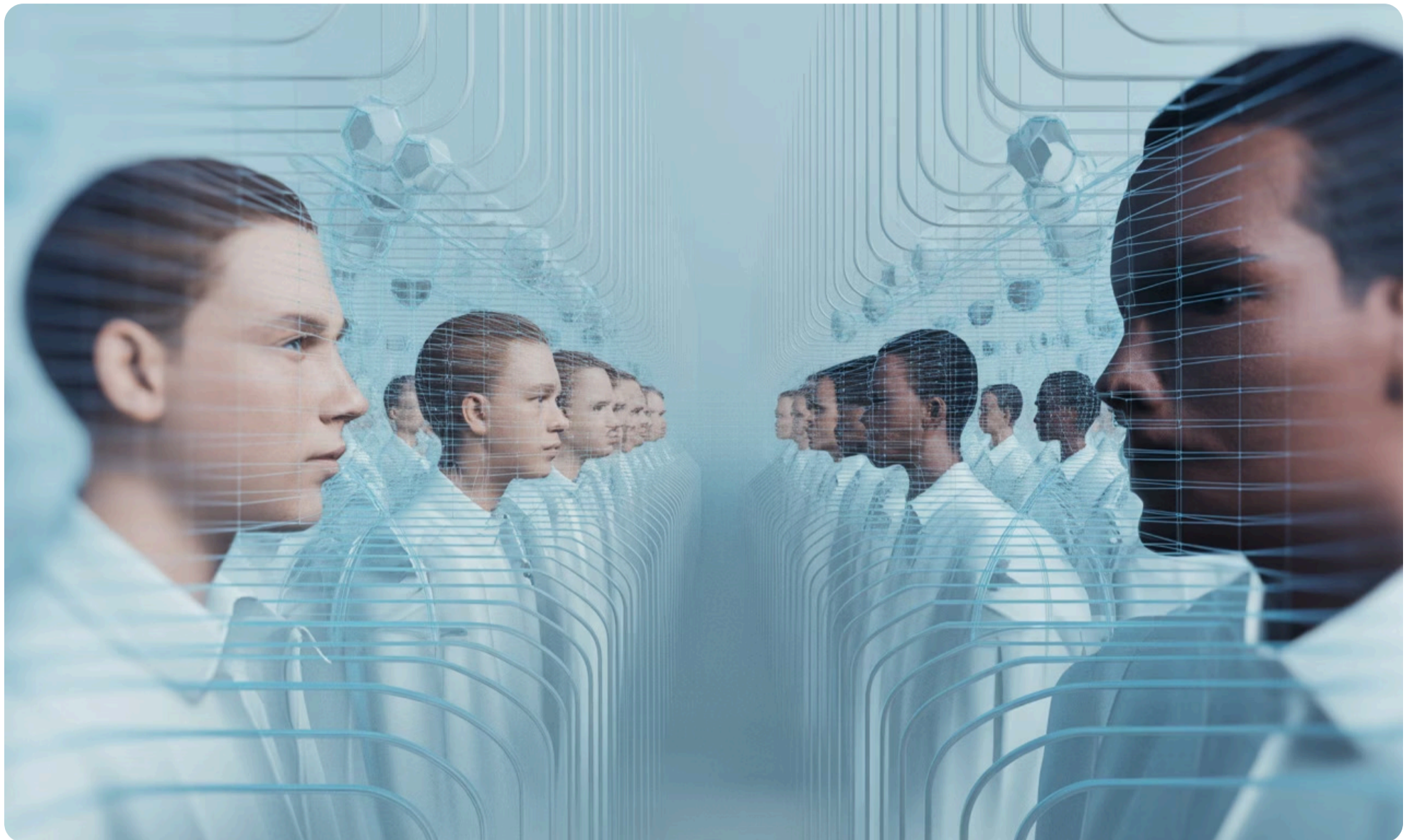
- [FIEG - Um Estudo Comparativo das Regulamentações de Criação e do Uso de Sistemas de Inteligência Artificial na União Europeia](#)
- [CGI.br - Para o Comitê Gestor da Internet, ANPD é a coordenadora da regulação da inteligência artificial](#)
- [CIPL - Comentários do CIPL sobre o PL nº 2338, de 2023](#)
- [Editora FÓRUM - A Responsabilidade Civil pelos danos causados por Sistemas de Inteligência Artificial](#)
- [FGV Executivo - Comitês de ética em inteligência artificial \(IA\): por onde começar?](#)
- [IndexLaw - Inteligência Artificial no Direito: Dilemas e Contribuições](#)
- [LBCA - O uso responsável da inteligência artificial generativa na advocacia](#)

12.9. PESQUISAS ACADÊMICAS E TESES



- [Repositório Institucional UFC - A TARDIA RESPONSABILIDADE CIVIL NA DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA E A REGULAÇÃO ESTATAL PARA SISTEMAS DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE](#)
- [Univali - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DIREITO: uma análise do panorama brasileiro](#)
- [UNITINS - A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONTEXTO DE DECISÕES TOMADAS POR ALGORITMOS](#)
- [Repositório Institucional da UnB - Inteligência artificial, Ética e Direito: possíveis contribuições internacionais para o desenvolvimento responsável da IA no Brasil](#)
- [Revista IBERC - Inteligência Artificial e responsabilidade civil: uma análise do anteprojeto do Marco Legal da Inteligência Artificial e do Projeto de Lei 2338/2023](#)
- [Revista Jurídica Luso-Brasileira - A Regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil](#)
- [SciELO em Perspectiva: Humanas - Vieses algorítmicos da Inteligência Artificial e seus impactos na educação](#)
- [SciELO.org - Redes SciELO \(Referência Acadêmica sobre Vieses Algorítmicos em Decisões Judiciais\)](#)
- [Suprema STF - A regulação de sistemas inteligentes](#)
- [TJSP/CADIP - Informações Especializadas sobre IA no Poder Judiciário](#)
- [UNICSUL/OasisBR - Responsabilidade civil e processos decisórios autônomos em sistemas de Inteligência Artificial \(IA\)](#)

12.10. ARTIGOS SOBRE VIESES E DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA



- [Revista da AJURIS - A imparcialidade algorítmica: um diagnóstico sobre o uso neopanóptico da inteligência](#)
- [CIDP - Centro de Investigação de Direito Privado - DILEMAS ÉTICOS E JURÍDICOS DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA JURÍDICA](#)
- [Portal de Revistas do UNICURITIBA - DESAFIOS AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONSTITUCIONALISMO DIGITAL](#)
- [THEMIS: Revista da Esmec - Justiça algorítmica e direitos humanos: análise dos limites e potenciais de uma nova forma](#)
- [arXiv - Na Prática, qual IA Entende o Direito? Um Estudo Experimental com IAs Generalistas e uma IA Jurídica](#)
- [Unochapecó - DOI: <https://doi.org/10.46699/rduno.v3i4.6032>](#)
- [Revista Internacional Consinter de Direito - Limites Éticos para o Uso da Inteligência Artificial no Sistema de Justiça Brasileiro](#)
- [Revistas PUC-SP - A inteligência artificial e os direitos fundamentais](#)
- [RPEN - Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal](#)
- [Escola de Governo - TRANSPARÊNCIA E APLICABILIDADE NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES PARA O ÂMBITO DA SAÚDE E DIREITO](#)
- [ConJur - A reputação jurídica virou jogo de máquinas](#)

12.11. RECURSOS ADICIONAIS E FERRAMENTAS PRÁTICAS



- [Advocacia-Geral da União \(AGU\) - Sandbox regulatório. Adoção de IA na mediação de conflitos administrativos na Advocacia-Geral da União](#)
- [Advocobrasil - Como os Advogados da Gringa Estão Usando IA](#)
- [BFBM Advogados - O Desafio Regulatório da Inteligência Artificial na Advocacia: Garantindo o Uso Ético e Seguro](#)
- [Gerico Associates - O Uso da Inteligência Artificial como Fonte de Eficiência](#)
- [Inspira - Como garantimos a segurança da nossa IA jurídica](#)
- [Jusbrasil - Ética e responsabilidade: os limites do uso de IA no Direito](#)
- [Consumidor Moderno - IA sem freio: Ética, responsabilidade e regulação no Brasil](#)
- [ConJur - A Bolha da IA generativa no Poder Judiciário: o tamanho do risco](#)
- [NUPED - Revista do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito - Decisões algorítmicas e direito à não-discriminação](#)
- [International Journal of Law - Viéses algorítmicos](#)
- [Revista ARACE - Viés algorítmico e poder judiciário](#)
- [SciELO - Inteligência artificial, vieses algorítmicos e racismo](#)

12.12. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS FONTES



Esta compilação de 126 referências representa um esforço abrangente de pesquisa que abarca:

- **Normativas oficiais** (OAB, CNJ, legislação)
- **Casos práticos nacionais e internacionais**
- **Análises acadêmicas e técnicas**
- **Diretrizes comparadas**
- **Pesquisas sobre vieses algorítmicos**
- **Recursos multimídia e educacionais**

Metodologia de Pesquisa

A pesquisa foi conduzida entre 2023 e 2025, abrangendo:

- Documentos oficiais de órgãos reguladores
- Jurisprudência e casos concretos
- Literatura acadêmica especializada
- Diretrizes internacionais
- Análises comparativas de diferentes jurisdições

Atualização Contínua

Dada a natureza dinâmica do tema, recomenda-se a consulta periódica às fontes oficiais (OAB, CNJ, legislação) para acompanhar as atualizações normativas e novos casos práticos que possam surgir.

Acesso às Fontes

Todas as referências foram verificadas quanto à disponibilidade no momento da elaboração desta cartilha. Alguns links podem requerer acesso institucional ou assinatura de bases de dados acadêmicas.

Para facilitar futuras pesquisas, as fontes foram organizadas tematicamente, permitindo consulta direcionada conforme a área de interesse específica do leitor.

XIII. AGRADECIMENTOS

A elaboração desta cartilha foi um esforço conjunto que não seria possível sem a dedicação e o apoio dos diversos profissionais envolvidos, todos relacionados no corpo editorial do início desta cartilha. Agradecemos profundamente à OAB-RJ pelo incentivo e estrutura fornecida, bem como à Dra. Graziela Bonfim por sua liderança à frente da Comissão de IA da OAB-RJ e também por sua minuciosa revisão e orientação. A cada colaborador que dedicou o seu tempo e conhecimento, contribuindo com suas valiosas percepções e experiência, nosso muito obrigado!

Este documento é um testemunho da colaboração entre a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio de Janeiro (OAB-RJ), a Comissão de Inteligência Artificial e o Grupo de Trabalho sobre Engenharia de Prompt, IA Generativa e Legal Design, todos unidos pelo compromisso com o uso ético e responsável da inteligência artificial na advocacia.